

DEFESA À MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE _____

Processo nº: _____

DEFENSOR(A): _____

OAB nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

REQUERENTE: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

REQUERIDO(A): _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

I – DOS FATOS

O(A) Requerente ajuizou medida protetiva de urgência em razão de alegada situação de violência doméstica e familiar, conforme narrado na inicial. Em resposta, o(a) Requerido(a) apresenta sua defesa, esclarecendo os fatos e impugnando as alegações.

II – DA PRELIMINAR

Inicialmente, requer seja analisada eventual ausência de requisitos legais para concessão da medida, tais como a inexistência de situação concreta que justifique a proteção urgente, ou a ausência de provas mínimas que evidenciem risco à integridade física ou psicológica do(a) Requerente.

III – DO MÉRITO

1. Negativa dos fatos alegados:

O(A) Requerido(a) nega veementemente as acusações de violência doméstica e familiar, afirmando que os episódios mencionados não ocorreram ou não configuram qualquer ato ilícito ou abusivo.

2. Contextualização e versão dos fatos:

Apresenta sua versão dos fatos, demonstrando que não houve qualquer ameaça, agressão física, psicológica, sexual ou patrimonial, buscando afastar a legitimidade da medida protetiva.

3. Provas e testemunhas:

Requer a produção de provas documentais, periciais e testemunhais que comprovem a inexistência de violência ou que atestem a falsidade das alegações.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O acolhimento da preliminar para indeferimento da medida protetiva por ausência dos requisitos legais;
- b) No mérito, a improcedência da medida protetiva, com a revogação de quaisquer atos constritivos eventualmente deferidos;
- c) A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito, nos termos da lei;
- d) A produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente documental, testemunhal e pericial;
- e) A condenação do(a) Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, caso haja litigância de má-fé.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/defesa-medida-protetiva/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.